

apresentação

As intervenções nas cidades, que buscam solucionar seus problemas físicos, dependem da técnica, da ciência e da arte, no entanto, sempre perpassam os campos político e simbólico, que lhes dão respaldo. As cidades se transformam numa projeção espacial de imaginários sociais, advindos dos diversos olhares que qualificam o mundo. A cidade é forma, conteúdo e pensamento (Souza, 1997).



Este Trabalho de Conclusão de Curso é a continuidade de questionamentos e pesquisas desenvolvidos ao longo do curso, em diferentes disciplinas da Arquitetura e das Ciências Sociais, especialmente sobre o urbanismo e o planejamento urbano, suas realizações no Brasil desde o fim do século XIX e suas implicações morfológicas, artísticas, sociais e simbólicas nas cidades.

Logo no início do curso, o tema **espaços do cotidiano**, apresentado na disciplina Arquitetura e Sociedade, instigou minha curiosidade e passou a permear meus trabalhos. Apesar dos estudos sobre outras cidades, a organização espacial de Florianópolis sempre foi o tema mais recorrente, pela facilidade de obtenção de dados, diversidade de disciplinas que trabalham diferentes lugares da cidade e por sua dimensão de local do cotidiano. O trabalho sobre os espaços livres verdes da Baía do Itacorubi, em Urbanismo IV, reforçou minha vontade em refletir sobre os locais de minhas **percepções e discussões diárias**.

Duas experiências acadêmicas fomentaram muitas das reflexões contidas neste trabalho, uma pesquisa sobre as relações entre a cidade que construímos e realizamos (**imagem**) e a cidade que desejamos e vivenciamos (**imaginário**); e o trabalho de extensão realizado no

Ateliê Modelo de Arquitetura (**AMA**) que foi revelador sobre o papel, as possibilidades e as implicações da prática do arquiteto-urbanista, bem como sobre a **dimensão social do objeto urbano**.



O estágio extra-curricular realizado, entre julho de 2006 e abril de 2008, no Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (SEPHAN) do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), foi de extrema importância em minha formação. Além do levantamento fotográfico do patrimônio edificado que está protegido no município, o cotidiano do IPUF, especialmente depois do início do **Plano Diretor Participativo (PDP)**, enriqueceram o tema e o desenvolvimento deste trabalho.



A oportunidade de ter participado de muitas reuniões e seminários internos, junto aos técnicos do Instituto, aliada a minha participação nas **reuniões comunitárias** do PDP na **Baía do Itacorubi**, especialmente na **Comissão de Mobilidade e Acessibilidade**, foram fundamentais na reflexão sobre possibilidades de aproximação das linguagens dos técnicos e dos cidadãos para a realização de um planejamento realmente participativo.

“Se o objetivo é buscar novas diretrizes para o planejamento urbano, paisagístico e ambiental, planejadores e usuários devem encontrar convergências nas linguagens que **professam**. Mas as linguagens faladas por leigos e profissionais apontam mais para **divergências** do que para **convergências**, já que cidadãos comuns parecem nortear sua **ação pelas experiências cotidianas**, enquanto os planejadores (salvo raras exceções) baseiam sua **ação em conceitos abstratos, distantes das experiências cotidianas e banais**” (Serpa, 2007: 122).

Nesta perspectiva, a preocupação central é a **qualificação da paisagem urbana** através de medidas simples que privilegiem os usuários dos espaços públicos e sejam compatíveis com a rica paisagem natural da cidade, **envolvendo opiniões de seus usuários**.

Para tanto, foram evidenciadas no TCC 1 duas linhas de pesquisa: metodologias de planejamento urbano, especialmente as que contemplem a participação da população local; e a identificação e conceituação de ferramentas formais utilizadas para a qualificação dos espaços livres, relacionadas às questões de mobilidade, acessibilidade, paisagismo e mobiliário urbano. Das metodologias de planejamento com participação popular adotamos a ideia da **utilização de um modelo físico** (maquete) do local para instigar o diálogo com os usuários do espaço a ser planejado ou reorganizado; e sobre os conceitos e ferramentas de desenho, os quatro temas foram aprofundados, resultando em **cadernos temáticos**.

Ambos (maquete e cadernos) foram utilizados no que chamei de **espaços de debates**, oportunidades de mostrar o material produzido, conferir as reações e discutir ideias; momentos em sua maioria informais que revelaram ser **múltiplas as possibilidades de diálogo** entre planejadores e usuários, na busca de uma linguagem em comum. A postura menos confortável do técnico, que vai a rua e valoriza as opiniões e sentimentos dos usuários, incentivando-os a refletir sobre os espaços em que vivem e sobre possíveis ações de intervenção, é fundamental para realizamos a **participação popular no planejamento** das cidades.

histórico da ocupação urbana



A ocupação antrópica da Baía do Itacorubi remete à **vinda dos moradores da Ilha dos Açores ao sul do Brasil, entre 1748 e 1756**, quando o domínio português precisava ser consolidado na região. A **Vila de Nossa Senhora do Desterro** (atual área central), possuía uma população reduzida, e os 5.000 novos habitantes, receberam terras da coroa portuguesa. Em geral pequenas propriedades de solo ruim, onde as famílias viviam de pequenas lavouras, extração da mata nativa e da pesca.

Estas propriedades ficavam em sua maioria no interior da Ilha, e as novas famílias agruparam-se em pequenas povoações, posteriormente elevadas a freguesias (um misto de organização religiosa e política, que levava o nome da igreja local). Foram fundadas por estas famílias, as seguintes localidades: **Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição, Trindade e Canasvieiras**.

Em 1830, a primeira parte da igreja da comunidade da Santíssima Trindade estava concluída, e em 1835, em função de desmembramentos político-administrativos foi criada a **Freguesia da Santíssima Trindade De trás do Morro**. Definida como a região situada entre o monte do Pau da Bandeira e os do Córrego Grande, Rio Tavares e Lagoa, possuía entre trinta a quarenta quilômetros quadrados.

A freguesia possuía **acesso único ao centro**, um caminho tortuoso e precário, que circundava o Maciço Central pelo norte na porção oeste da Baía, em cotas mais elevadas evitando o mangue (atual **Rua Lauro Linhares**). Configurada por uma ocupação periférica neste primeiro momento, outros três pequenos núcleos circundaram o mangue, em cotas mais elevadas e criaram novos caminhos, **Córrego Grande** para o leste da Ilha, **Itacorubi** para o norte e **Pantanal** para o sul.

Com a criação da **Paróquia da Santíssima Trindade de Trás do Morro** em 1853, foi iniciada a construção da Igreja Matriz, e em 1857, a Festa da Santíssima Trindade já era celebrada junto à igreja. Nesta época, as principais atividades da cidade eram o comércio ligado ao porto e as atividades fabris (incipientes), ambas concentradas na área central, restando às freguesias do interior da ilha funções primárias.

Em 1943 a área tornou-se **sub-distrito do Distrito Sede** e novas obras viárias facilitaram a integração do centro com as demais localidades, através da melhoria de alguns dos antigos caminhos vicinais. O acesso à Baía do Itacorubi foi facilitado, após obras nas atuais vias do Córrego Grande (1941), Agrônômica (1946) e Saco dos Limões e Trindade (1949), também com destino ao centro, havia um quarto caminho, que cruzava o Morro da Cruz.

No 1º Plano Diretor da capital (1955) a **cidade universitária** deveria ser implantada no centro, porque diferentemente do que pensava o Governo do Estado, para os urbanistas “a **ideia de um possível crescimento em direção à Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação**” (Paiva, et alli, 1952), uma vez que seu plano expandia a cidade para o continente. Para a área da Trindade estariam destinadas outras atividades, como a construção de quartéis e polígonos de tiro (Santos, 2003).

O **crescimento urbano e populacional** trouxe abertura de avenidas na área central, com vias mais largas, unindo trechos importantes da cidade. A construção civil e seu braço do capital, a especulação imobiliária, se desenvolveram atraindo operários das zonas rurais do estado e aumentando a população nos bairros mais distantes do centro, iniciando o crescimento de áreas-dormitório no continente e agravando o problema do transporte coletivo (Rizzo, 1993).

Havia seis faculdades na cidade: de Direito, Catarinense de Filosofia, de Ciências Econômicas, de Farmácia e Odontologia, de Medicina e de Serviço Social. A ideia da universidade surgiu na Faculdade de Direito, e logo se formaram duas correntes, que apresentavam soluções diferentes, de um lado havia os que queriam uma Universidade Estadual e de outro uma Universidade Federal. A primeira corrente conseguiu que o governo estadual baixasse lei criando a “Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina”, a quem foi repassado o terreno da Fazenda Assis Brasil, para construção do campus. Em 1956 foi feito um plano para o local, cujo “Plano Viário” começou a ser executado no ano seguinte (UFSC, 1998).

Em 1960, foi feito um memorial solicitando a criação da Universidade Federal, assinado pelo governador do Estado e pelos diretores das faculdades, e levado a Brasília, onde o Presidente Juscelino Kubitschek sancionou a **lei que criou a Universidade Federal de Santa Catarina**. Agregando as faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Ciências Econômicas, Filosofia e Medicina, e criando a Faculdade de Engenharia, com os cursos de Engenharia Industrial: Química, Mecânica e Metalúrgica.

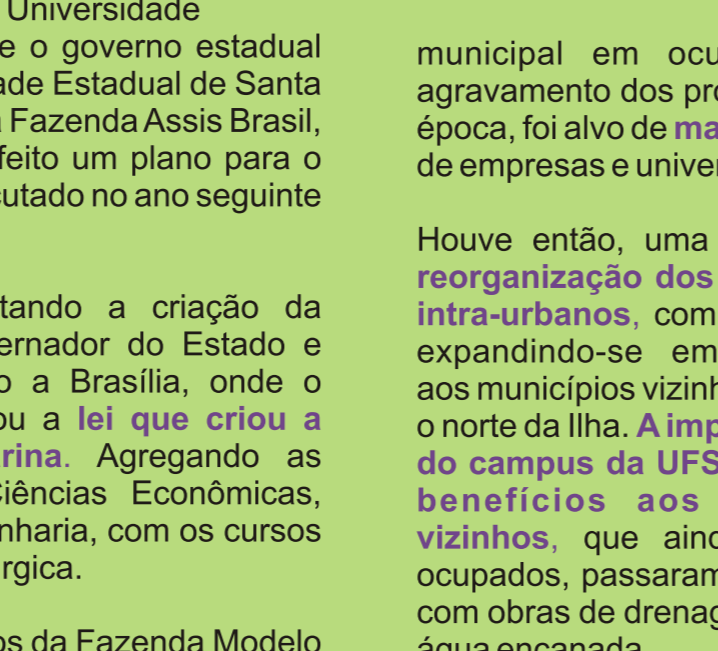
Em 1961, o governo estadual doou à União os terrenos da Fazenda Modelo Assis Brasil, na mesma lei em que extinguiu a Fundação Universidade de



Construção Ponte Colombo Salles. Fonte: Casa da Memória



Biblioteca Universitária. déc 70. Fonte: UFSC, 1998.



Praça da Cidadania. Ao fundo, Mangue do Itacorubi. déc 80. Fonte: UFSC, 1998.

Os **primeiros prédios** foram o da Engenharia (atual Reitoria), o Pavilhão da Mecânica e o Prédio da Faculdade de Filosofia (Básico), projetados dentro de uma norma fixada desde o início: **simplicidade e economia** nas obras, por isso, a maioria das construções eram horizontais de até dois andares. A estrutura do Hospital Universitário também começou a ser executada, junto a obras de infraestrutura (pavimentação, rede de água, esgoto pluvial, telefone, energia, iluminação, saneamento e plantio de grama).

Foram contratados os serviços do **paisagista Roberto Burle Marx**, para desenvolver projeto paisagístico do campus, que foi apresentado em 1970 com elogios pela beleza e profundidade de detalhamento, inclusive indicando os espécimes de árvores e o local onde deveriam ser plantadas, todas nativas. O desenho partia de uma Praça Cívica inteiramente pavimentada, da qual, partiam caminhos sinuosos ligando os diversos setores da universidade.

“Começamos pela ‘Praça Cívica’, que cobre todo o espaço que vai desde antes do prédio da antiga Faculdade de Filosofia até atrás do ‘Restaurante Universitário’, ficando compreendida entre dito prédio e o da Reitoria. Com a escassa verba recebida foi feito o calçamento a *petit pavé* e o *ajardinamento* ainda hoje existente em frente ao prédio da Reitoria” (Lima, 2000: 191-2).

Anos depois, para resolver a circulação interna de veículos, a Praça da Cidadania foi cortada pela interligação dos eixos viários centrais do campus, hoje fechados com cancelas. A implantação dos passeios sinuosos encontra-se totalmente prejudicada, pelo crescimento das construções.

As **décadas de 60 e 70** foram marcadas pelo crescimento da cidade e pelo interesse municipal em ocupar as áreas litorâneas, havendo significativo agravamento dos problemas de infraestrutura. A Baía do Itacorubi, nesta época, foi alvo de **maciços investimentos estatais**, tanto para implantação de empresas e universidades, quanto implementação de ligações viárias.

Houve então, uma profunda **reorganização dos espaços intra-urbanos**, com a cidade expandindo-se em direção aos municípios vizinhos e para o norte da Ilha. **A implantação do campus da UFSC trouxe benefícios aos bairros vizinhos**, que ainda pouco ocupados, passaram a contar com obras de drenagem, luz e água encanada.

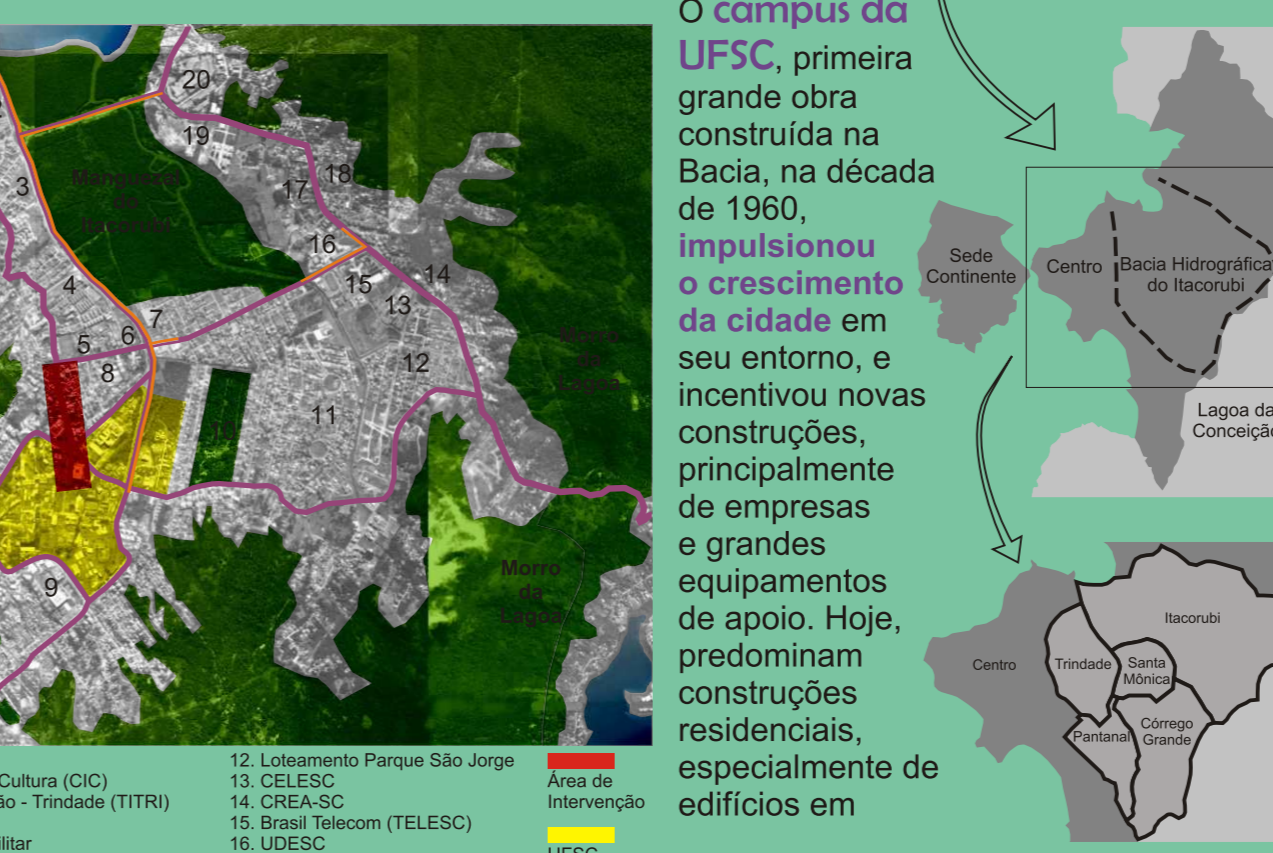
localização

A área de intervenção está situada na **Bacia Hidrográfica do Itacorubi**, local de expansão do centro de Florianópolis, e que abriga **importantes equipamentos, atividades e vias de acesso** ao norte, leste e sul da Ilha. Apesar da densificação acelerada da ocupação urbana, a paisagem da Baía, ainda é muito rica, apresentado grande qualidade paisagística, principalmente em função, dos morros, de um Parque Municipal e do manguezal do Itacorubi.

Localizada na porção oeste da Ilha de Santa Catarina, é separada do centro pelo Maciço Central do Morro da Cruz, do leste da Ilha pelo Morro da Lagoa, e do norte pelo Morro da Fortaleza, com aproximadamente 23 km² de área.

Composta pelos bairros Itacorubi, Córrego Grande, Pantanal, Trindade e Santa Mônica. Abriga cerca de 40 mil habitantes e recebe outros 40 mil por dia.

A Baía é **drenada pelo Rio Itacorubi e pelo Rio Sertão**, com um grande número de pequenos afluentes. A cobertura vegetal de **Mata Atlântica** ocupa aproximadamente 15 km² da área da bacia, predominando vegetação secundária de floresta ombrófila densa, como no restante da Ilha, e formações pioneiras, espécies típicas de mangue, na planície sedimentar, sobre aproximadamente 1,42 Km², constituindo o Manguezal do Itacorubi (CECCA, 1997).



Acima, mapa de localização e divisão política da Baía, a esquerda principais equipamentos localizados na Baía.

Toda esta reestruturação, além de incentivar a criação de grandes loteamentos, **impulsionou** os proprietários das terras utilizadas para agricultura a vender pequenos lotes para os “forasteiros”. As propriedades longas e estreitas, muitas morro acima, foram loteadas, em sua maioria, com a criação de um acesso em uma extrema do terreno, configurando a atual divisão fundiária, com vias perpendiculares as cotas dos morros, e sem ligações horizontais.

Mesmo antes de toda essa ocupação urbana, canais fluviais foram abertos para dar suporte hídrico às práticas agrícolas e para facilitar o escoamento superficial da água, evitando alagamentos e facilitando construção de edificações na área. A partir da década de 70 novas intervenções foram feitas no mangue e seus afluentes, influenciando consideravelmente o **regime de águas da Baía**. Em 1995, uma grande enchente assolou os moradores dos bairros baixos na noite de natal, exigindo novas intervenções de alargamento dos canais do manguezal.

Na metade da década de 70, os contornos da universidade ainda não estavam bem definidos, uma vez que os proprietários de terras desapropriadas pelo Governo Federal ainda não haviam sido indenizados. Com a venda de imóveis do centro, terrenos vizinhos ao campus foram comprados, sendo iniciada a construção de muitos dos prédios. Em 1977, após construção da **nova e ampla Igreja da Santíssima Trindade**, da casa paroquial e do salão, a velha igreja, e o Império do Divino foram transferidos ao patrimônio da UFSC.

Antes da implantação do campus, o **comércio na Trindade** era incipiente, se resumia a uma sorveteria e uma mercearia próximos à antiga Paróquia, com o passar dos anos, surgiram novos estabelecimentos. No final da década de 1970, o primeiro supermercado e algumas lojas foram inauguradas, principalmente na Rua Lauro Linhares, proporcionando novas oportunidades de emprego, além de maior comodidade aos moradores locais. O **transporte coletivo** também era muito precário, havia apenas duas empresas de ônibus: o Trindadense, que fazia o percurso Centro – Trindade, via Agrônômica, e o Limoense, que fazia o percurso Centro – Trindade, via Saco dos Limões. Com o desenvolvimento do sistema de transporte coletivo, e o crescimento da universidade, novas linhas foram criadas para atender o expressivo número de passageiros (Souza, 20003).

O tempo demonstrou a estreita ligação entre a construção do campus e o crescimento dos bairros. Na época da implantação, imaginava-se um campus isolado, em local agradável, silencioso, propício ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no entanto na **década de 80**, a universidade já se encontrava circundada por uma enorme população, fixa e flutuante, e a ocupação do solo só se densificou ao longo dos anos.

Houve muitos **investimentos de grandes construtoras**, que com a melhoria da infraestrutura, investiram principalmente na década de 80, em grandes condomínios de prédios próximos a UFSC e com muitos

espaços livres

Objeto dos projetos de arquitetura da paisagem, são todos os espaços não contidos em edificações, áreas verdes ou não.

Livres de edificação, não de ocupação, possuem diversos usos, modos de valorização e apropriação, e cumprem importante função ecológica (áreas de proteção ambiental) e influenciam na melhoria da qualidade ambiental, porque, amenizam as massas edificadas (em geral o solo não é impermeabilizado), criam micro-climas (controlando a temperatura), atraem a fauna e embelezam a paisagem. Com base em parâmetros relacionados com a propriedade (público X privado) e com a função (circulação x permanência), Souza (2003) categoriza os espaços livres da seguinte forma:

1. Espaços Livres Privados de Permanência

Interior dos Lotes Residenciais e de Condomínios - resultado de recuos nos lotes, jardins ou bosques em caso de propriedades maiores. Apesar de seu caráter privado, contribuem muito na formação da paisagem urbana, especialmente quando são relacionados, promovendo efeito de conjunto.

Este tipo de área não é abundante na Rua Lauro Linhares, como o é nas vias do entorno. Em toda área de intervenção são poucos os bem cuidados, ou mesmo os que possuem vegetação de grande porte, as plantas menores são mais abundantes. Na maioria apenas um gramado e poucas árvores, alguns poucos jardins se destacam pela profusão de espécies.

Pátios Institucionais e Clubes (semi-privados) - áreas de bosques ou estacionamento, muitas vezes grandes, de sedes de empresas, hospitais, escolas, campus universitários e clubes. Áreas abundantes principalmente de propriedade da UFSC, em outras escolas e empresas localizadas na área também observa-se vegetação. Em todos percebe-se pouca ou nenhuma manutenção, as plantas crescem e a falta de podas afasta os usuários em potencial. Importante lembrar, que no caso da UFSC não se trata de área semi-privada, e sim, pública.

2. Espaços Livres Públicos de Permanência

Praças - áreas públicas de convívio de tamanho variável, totalmente inseridas no tecido urbano, muitas vezes, organizam o espaço, são referenciais de localização ou refúgio em meio à massa edificada. A Praça Santos Dumont se insere perfeitamente nesta descrição, área pública, muito utilizada para diversas atividades, estruturadora do espaço urbano, referencial para localização na área, e refúgio em meio a malha urbana. Não há outras praças na área de intervenção, apenas no entorno a recente qualificação do campo da gruta (Av. Prof. Henrique da Silva Fontes) criou um novo espaço de estar e lazer. Das poucas praças existentes na Baía do Itacorubi, algumas não contam com mobiliário ou mesmo vegetação.

Parques - grandes áreas verdes que podem estar juntas ou afastadas dos centros urbanos, a maioria possui funções específicas como parques temáticos, jardins botânicos, hortos-florestais, estações ecológicas e áreas de preservação permanente. Localizados no perímetro da Baía, os morros são Área de Preservação Permanente. Em seu interior, há um Parque Ecológico no Córrego Grande, projeto de um Jardim Botânico no bairro Itacorubi, além do Mangue do Itacorubi.

3. Espaços Livres Públicos de Circulação

Ruas - principais canais de circulação das cidades tradicionais, em geral conformadas por uma pista para veículos e passeios laterais para pedestres. Em uma situação ideal as ruas têm sinalização, iluminação e arborização adequadas. **Locais de destaque neste trabalho, que na área de intervenção são configurados como na descrição acima, no entanto sem arborização, como nas demais ruas da Baía.**

Autopistas - vias expressas, ligam partes distantes das cidades ou fazem ligações entre cidades. **Avenida Prof. Henrique da Silva Fontes, no entorno da área de intervenção.**

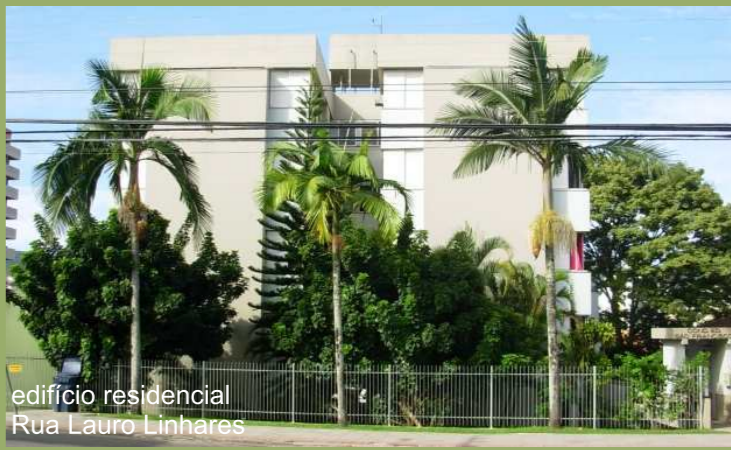
Calçadas - circulação de pedestres em áreas densamente ocupadas, onde a circulação de veículos é impraticável ou desnecessária, geralmente em trechos de centros urbanos, dispo de mobiliário e outros equipamentos que induzem a permanência. **Não existente na Baía do Itacorubi.**

Boulevard - circulação de veículos e pedestres, mesclando calçadas às ruas, em geral bastante arborizados, como a **Champs Elisée (Paris), Las Ramblas (Barcelona) e Common Wealth (Boston). Não existente na Baía do Itacorubi.**

Ciclovias - canais de circulação de bicicletas, geralmente associadas a ruas e vias expressas. **Junto à Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, entorno da área de intervenção, com duas pistas, no entorno do Mangue.**



Colégio da Polícia (dir) Av. Madre Benvenuta



edifício residencial Rua Lauro Linhares



estacionamento de empresa Rua Lauro Linhares



Praça Santos Dumont



Av. Madre Benvenuta a partir da Rua Lauro Linhares



Rua Des. Vitor Lima (est) Igreja da UFSC



Mangue do Itacorubi e ciclovia